

EUA analisam crise da dívida e geram expectativa

Rosental Calmon Alves
Correspondente

WASHINGTON — Pela primeira vez, desde o início da crise da dívida externa dos países em desenvolvimento, seis anos atrás, o governo e o congresso dos Estados Unidos estão analisando seriamente que tipo de saída política pode ser possível para o virtual impasse criado pelo acúmulo de débitos considerados impagáveis nas atuais condições. A nova atitude americana juntam-se a iniciativas mais ousadas de outros países ricos, gerando uma grande expectativa de que, neste ano, finalmente, a crise sai do banho-maria em que vem sendo cozinhada pelos bancos.

Na área do executivo americano, há dois movimentos distintos. O primeiro, iniciado pela administração Reagan, no ano passado, é um estudo sobre a viabilidade da criação de um organismo chamado Autoridade de Gerenciamento da Dívida Internacional (IDMA, por suas iniciais em inglês). Seria uma agência internacional, no âmbito do Banco Mundial ou FMI, com recursos financeiros de países ricos, destinados a comprar, com desconto, os títulos das dívidas dos países pobres, atualmente em poder dos bancos.

Se esses países devedores cumprissem as reformas estruturais indicadas pelo IDMA, seriam beneficiados com a redução de sua dívida. A passagem dos débitos para essa nova instituição liberaria os bancos do peso da dívida, estimulando-os a voltar a emprestar aos países em desenvolvimento. A idéia nasceu no congresso e ganhou adeptos até entre alguns banqueiros, já que as perdas dos bancos seriam mínimas, mas ainda não há sinal algum de que tenha sensibilizado o Departamento do Tesouro americano, avesso ao uso do dinheiro do contribuinte para qualquer alívio da dívida do terceiro mundo.

Os congressistas mais preocupados com a penosa situação dos países pobres, especialmente os mais endividados da América Latina, conseguiram, no entanto, incluir na lei de comércio aprovada no ano passado um dispositivo que obrigou a administração Reagan, mesmo a contra-

gosto, estudar essa idéia. Além disso, fixou para o dia 23 do mês que vem o prazo final para a apresentação dos primeiros resultados.

Caberá, portanto, à administração Bush, que toma posse dia 20 deste mês, a decisão final sobre o relatório a ser encaminhado ao congresso. Funcionários que acompanham de perto a crise da dívida arriscaram o palpite de que o mais provável será a manutenção da linha Reagan, ou seja, uma rejeição a essa idéia da IDMA e a insistência na tese de que a crise tem de ser deixada à mercê das forças do mercado, como tem acontecido até agora.

O outro movimento na área do executivo que está gerando expectativas e sobretudo alimentando esperanças maiores entre os países desenvolvidos foi revelado recentemente pelo próprio presidente eleito, George Bush. Ele anunciou que sua equipe está fazendo um revisão do problema da dívida, embora descartando logo de saída que se esteja pensando em algum tipo de perdão. Não tem vazado informações sobre a quantas andam esses estudos, mas é interessante observar que o mais eloquente porta-voz na equipe de Bush sobre a necessidade de algum tipo

de "alívio" para os países pobres é um general da reserva.

Trata-se do general Brent Scowcroft, que será o presidente do Conselho de Segurança Nacional, um dos cargos da administração que permitem acesso mais direto e frequente ao presidente. Não é à toa que o homem de segurança nacional está preocupado com a questão da dívida. O governo americano recolhe diariamente, pela América Latina afora, sinais de que a crise da dívida vem sendo identificada claramente como a principal causa da drástica queda do já baixo padrão de vida na região.

Os analistas do governo não precisam se esforçar muito para observar o que isso tem a ver com a segurança nacional dos Estados Unidos. Nem para ver que a questão da dívida virou a avenida pela qual as esquerdas ou líderes populistas estão avançando politicamente na América Latina. Mesmo insistindo permanentemente em que não permitirá politização da crise e que deixará que as forças do mercado atuem no sentido de uma solução, o governo americano já deu demonstrações inconfundíveis de que está disposto a intervir de alguma forma.

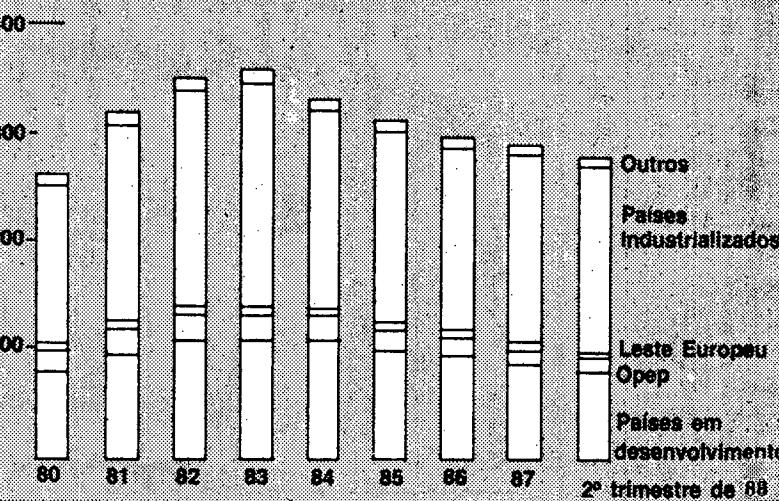
Apesar de toda a capa de dureza, o Departamento do Tesouro vem interferindo cada vez mais frequentemente para ajudar a países latino-americanos. Já no meio do ano passado, o Tesouro ajudou o Brasil a conseguir um empréstimo-ponte, que deu um alívio no final das negociações do último acordo com os bancos. Mais generoso ainda foi com o México, que obteve diretamente dos cofres do governo americano um empréstimo de 3,5 bilhões de dólares, em outubro, para pôr em dia suas contas com os bancos comerciais. E a Argentina, que, graças às pressões americanas, obteve 1,2 bilhão do Banco Mundial, de forma e rapidez pouco comuns.

No Congresso americano, parece crescer o número de deputados e senadores preocupados com as consequências da crise da dívida. O fato de os trabalhos do atual período legislativo terem sido iniciados, na última quarta-feira, com audiências sobre o problema, na Comissão de Bancos e Finanças, mostra que a discussão alcançou um novo grau de prioridade.

Getúlio Vilanova

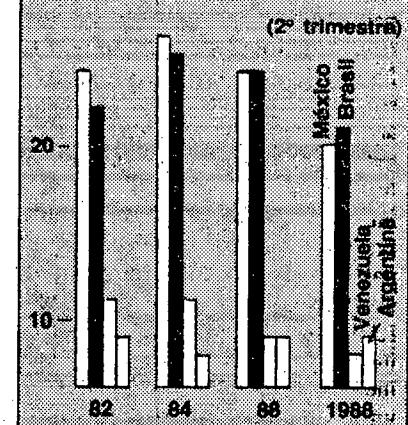
Vilanova

Os países em desenvolvimento devem 33% dos empréstimos feitos pelos bancos americanos



Fonte: Escritório do Controlador

México, Brasil, Venezuela e Argentina: os maiores devedores latino-americanos



Fonte: Escritório do Controlador

